

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DA COMARCA DE CALDAS NOVAS - ESTADO DE GOIÁS

Processo nº: 5566386-05.2019.8.09.0024

LEONARDO RIBEIRO ISSY, Administrador Judicial da recuperação judicial de **MPE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - em recuperação judicial**, comparece ante Vossa Excelência para, em cumprimento ao disposto no artigo 22, II, alínea *c*, da Lei n. 11.101/2005, apresentar o **37º RELATÓRIO MENSAL DAS ATIVIDADES DA DEVEDORA (RMA 37)**, fazendo-o consoante adiante se vê.

Diligências empreendidas pela Administração Judicial.

No mês em curso, o Administrador Judicial manteve contatos telefônicos, por e-mail e presenciais, com representantes de credores e da recuperanda, a fim de tratar de assuntos relativos ao processo de recuperação judicial.

62 3226-4800 

contato@issy.adv.br
www.issy.adv.br 

Av. Assis Chateaubriand 1595,
St. Oeste, Goiânia-GO, 74130-012 

Além disso, manifestou-se nos feitos em que foi chamado a fazê-lo.

O Administrador Judicial recepcionou os documentos e informações relativos às atividades da Recuperanda, dos meses de julho, agosto e setembro do ano em curso, acerca do que passa a discorrer.

Informações sobre empregados, prestadores de serviços relevantes e dados contábeis e financeiros.

A recuperanda apresentou informe de suas atividades, relatório fiscal e demonstrações contábeis relativas aos meses em epígrafe.

Da análise das demonstrações contábeis, evidencia-se que a recuperanda operou em prejuízo da ordem de R\$33.469,12, R\$31.997,40 e R\$33.122,82, nos exercícios em questão.

Não há registro de qualquer receita no período.

A empresa gerou 02 (dois) postos de trabalho no período analisado.

Foram apresentados relatórios de endividamento tributário e previdenciário.

62 3226-4800 

contato@issy.adv.br 
www.issy.adv.br

Av. Assis Chateaubriand 1595, 
St. Oeste, Goiânia-GO, 74130-012

Ao final do período analisado, verifica-se a existência de passivo tributário da ordem de R\$2.868.233,51 e passivo tributário da ordem de R\$477.074,88, ambos sob a gestão da PGFN.

Há ainda, débito tributário de pequena monta sob a gestão da RFB, relativo a PIS, COFINS e IRRF, dos exercícios de junho/2020 a setembro/2023, da ordem de R\$26.293,42, além de débito previdenciário, relativo ao período de agosto/21 a setembro/23, da ordem de R\$63.659,47.

Registra-se, ainda, a existência de débito com a Fazenda Pública Municipal (ISSSUBSTI) da ordem de R\$30.749,76.

Da decisão judicial acerca do pedido de anulação da assembleia-geral de credores. Cassação. Pedido de providências.

Em 18 de novembro de 2022, esse i. Juízo houve por bem afastar a alegação de nulidade do conclave assemblear por prorrogação da assembleia por prazo superior ao legalmente permitido, havendo, no entanto, acolhido a alegação de nulidade da assembleia, em razão da postura do maior credor em assembleia, bem como diante da existência de *querela nullitatis insanabilis* e impugnação de crédito, relativas ao crédito desse mesmo credor em tramitação (mov. 189).

Outrossim, restou determinada a realização de nova assembleia geral de credores para deliberar acerca do plano de recuperação judicial, somente após o julgamento, ao menos em primeiro grau, dos autos da *querela nullitatis insanabilis* n° 5030822-17 e impugnação de crédito n° 5278092-58.

Compulsando os autos, verifica-se que a Escrivania desse Juízo cuidou de intimar apenas a recuperanda acerca do referido *decisum*, não havendo procedido, de igual modo, com relação à Administração Judicial, ao Ministério Público e aos credores habilitados nos presentes autos.

Diante disso, requer a Vossa Excelência que **determine à Escrivania que proceda a intimação de todos os credores com representação nos presentes autos, bem como do i. representante do Ministério Público acerca do referido ato decisório**, para os fins legais.

Em face da decisão que anulou a assembleia-geral de credores, os credores TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S/A e CONDOMÍNIO ECOLOGIC VILLE RESORT interpuseram recursos de agravo de instrumento, noticiados nas movimentações processuais nº 194 e 195, respectivamente, havendo ambos os credores postulado pelo exercício do direito de retratação, o que sugere seja analisado por Vossa Excelência.

No mês de março do ano em curso, a Administração Judicial lançou manifestação em ambos os recursos.

Julgando o recurso de nº 5566386-05.2019.8.09.0024, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás houve por bem provê-lo para cassar a decisão recorrida, determinando que outra seja lançada, após facultar a manifestação das partes acerca do pedido da recuperanda.

Ante o provimento do referido recurso, o de nº 5757256-74.2022.8.09.0000, restou prejudicado.

62 3226-4800 

contato@issy.adv.br 
www.issy.adv.br

Av. Assis Chateaubriand 1595, 
St. Oeste, Goiânia-GO, 74130-012

Assim, dando regular andamento ao feito, roga a Vossa Excelência que determine a intimação de todos os credores habilitados nos autos acerca do quanto requerido pela recuperanda nos eventos 184 e 186, apreciando o pedido ato contínuo.

Da manifestação de Alberto Carneiro Nascente.

Alberto Carneiro Nascente, ao seu turno, apresentou a sua versão dos fatos acerca do quanto alegado pela recuperanda a seu respeito (mov. 196).

Antes de tecer qualquer consideração a esse respeito, parece de bom tom determinar-se a oitiva da recuperanda a respeito das alegações e documentos a ela acostados.

Habilitação de crédito indevidamente manejada.

No evento processual nº 203, Juliano Montagner Silva postula a habilitação de crédito quirografário, nos próprios autos.

Adverte-se o credor que a habilitação de crédito, por expressa disposição legal, há de ser distribuída em autos apartados, atender ao disposto no artigo 9º, da lei de regência e, sendo retardatária, está sujeita a preparo.

Pugna, pois, pela intimação do credor para regularização do seu pedido, sob pena de o mesmo não ser examinado.

Questões relevantes a serem analisadas pelo Juízo.

A fim de poupar o tempo desse Juízo e otimizar a prestação jurisdicional, o Administrador passa a listar, de modo expedito, as questões mais relevantes que reclamam análise desse i. Juízo.

EVENTO	QUESTÃO
155/157	Análise de habilitações de crédito indevidamente manejadas.
192	Intimação do MP e dos credores acerca da decisão de mov. 189.
196	Análise da manifestação de Alberto Carneiro Nascente.
214	Cumprimento do acórdão do TJGO

Da alteração da forma de contagem dos prazos previstos na Lei 11.101/2005 ou que dela decorram.

Pela relevância do tema, o Administrador Judicial, mais uma vez, chama a atenção dos credores que desde 23 de janeiro de 2021, data da entrada em vigor da Lei n. 14.112/2020, todos os prazos previstos na Lei de Recuperação Judicial ou que dela decorram são contados em dias corridos (LRF, art. 189, § 1º, inciso I).

62 3226-4800



contato@issy.adv.br
www.issy.adv.br



Av. Assis Chateaubriand 1595,
St. Oeste, Goiânia-GO, 74130-012



Relação de eventos processuais relevantes.

De igual modo, a fim de facilitar a análise dos autos pelo Juízo, Ministério Público, partes e interessados, o Administrador Judicial passa a listar os eventos processuais mais relevantes.

DATA	EVENTO	MOV.
25/09/2019	Protocolo do pedido de recuperação judicial	01
29/01/2020	Emenda à inicial	13
04/09/2020	Emenda à inicial	17
18/10/2020	Decisão de processamento	19
20/10/2020	Publicação da decisão de processamento	20
18/12/2020	Plano de recuperação judicial	50
18/04/2021	Término ordinário do stay period*	N/A
30/11/2020	Publicação do edital de processamento	44
21/01/2021	Fim do prazo para habilitações e divergências**	N/A
10/06/2021	Publicação do edital com relação de credores do Administrador e aviso de disponibilização do plano de recuperação judicial	80
20/06/2021	Término do prazo para habilitações tempestivas e impugnações de crédito	N/A
22/06/2021	Modificativo ao plano de recuperação judicial	87
10/07/2021	Término do prazo para objeções ao plano de recuperação judicial	N/A
10/09/2021	Convocação de assembleia-geral de credores	107
01/12/2021	Publicação de edital para assembleia-geral de credores	130
17/12/2021	Assembleia-geral de credores em primeira convocação	133
24/01/2022	Assembleia-geral de credores em segunda convocação	136
08/03/2022	Assembleia-geral de credores em segunda convocação (continuidade)	141
20/04/2022	Assembleia-geral de credores em segunda convocação	152



	(continuidade)	
07/06/2022	Modificativo ao plano de recuperação judicial	159
15/06/2022	Parecer do AJ sobre modificativo do plano	163
20/06/2022	Modificativo ao plano de recuperação judicial	165
22/06/2022	Assembleia-geral de credores em segunda convocação (continuidade)	167
23/08/2022	Assembleia-geral de credores em segunda convocação (continuidade)	172
10/10/2022	Assembleia-geral de credores em segunda convocação (continuidade)	179
18/11/2022	Decisão judicial que anulou a assembleia-geral de credores	189
14/08/2023	Acórdão do TJGO que cassou a r. decisão de ev. 189	214

* Prazo contado em dias corridos

** Prazos foram contados em dias úteis. Excluído do cômputo o dia 08/12 e considerada a suspensão de prazos entre 20/dez/2020 e 20/jan/2021.

Conclusão.

São esses, Excelência, os fatos mais relevantes verificados no período em questão e em relação aos quais requer a intimação da Recuperanda, do Ministério Público e dos Credores porventura habilitados para o devido conhecimento e/ou providências.

Pede deferimento.

Goiânia, 27 de novembro de 2023.

Leonardo R. Issy - OAB/GO 20.695

62 3226-4800



contato@issy.adv.br
www.issy.adv.br



Av. Assis Chateaubriand 1595,
St. Oeste, Goiânia-GO, 74130-012

